

**Theodor Adorno e Jürgen Habermas:  
Repertórios críticos da razão instrumental como base de análise  
da razão na mídia jornalística<sup>1</sup>**

Viviane Marques GUEDES<sup>2</sup>

**Resumo**

O presente trabalho objetiva discutir os repertórios teóricos de Adorno e Habermas acerca da emergência e consolidação da razão iluminista no seio social e, assim, compreender como o pensamento crítico pode atualmente se configurar como um paradigma explicativo da razão técnica que se apresenta na mídia jornalística. Com isso, adentramos reflexivamente na crítica que se desenvolve em relação à razão instrumental moderna pela dialética adorniana e pela razão comunicativa habermasiana e nos voltamos a fazer uma leitura da instituição jornalística a partir destes paradigmas reflexivos. Desenvolvemos uma leitura da crítica adorniana à razão que emerge do modelo Iluminista que influencia diretamente a consolidação do sistema social racionalizado e técnico. Em seguida, vemos como Habermas, diferentemente de Adorno, concebe a razão sob a perspectiva da ação comunicativa e a observa sob a lógica intersubjetiva e não mais ancorada no binômio sujeito-natureza. Na terceira sessão, fazemos uma análise da razão no jornalismo, demonstrando em que medida esta instituição se motiva pela ação instrumental a partir da modernidade e como se projeta nos movimentos da balança entre a esfera “sistêmica” e o “mundo da vida”.

**Palavras-chave:** Razão instrumental. Razão comunicativa. Razão no jornalismo. Interação sujeito-natureza. Intersubjetividade.

**Introdução**

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma revisão teórica acerca do conceito de razão nos teóricos frankfurtianos, Theodor Adorno e Jürgen Habermas, e aplicar estes repertórios reflexivos em uma análise da razão e da técnica na mídia jornalística.

Para tanto, elegemos como nosso problema de pesquisa o seguinte questionamento: qual a crítica que se desenvolve em relação à razão instrumental

---

<sup>1</sup> As discussões que estruturam este trabalho compõem o artigo final produzido para a disciplina Teoria Crítica cursada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB.

<sup>2</sup> Doutoranda na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre o Cotidiano e o Jornalismo (Grupecj).

moderna pela dialética adorniana e pela razão comunicativa habermasiana e como entender a instituição jornalística a partir destes paradigmas reflexivos?

A escolha do tema de estudo justifica-se por nosso interesse em uma leitura teórico-crítica sobre a racionalidade moderna. Vale salientar que este estudo pretende apreender um novo olhar sobre o fenômeno da racionalização ocidental e a inserção do jornalismo na esfera social; inquietação esta já iniciada em nossa dissertação de mestrado, à luz dos paradigmas de dominação estudados por Max Weber, e que será aprofundada ainda em nossa tese. Desse modo, uma leitura sobre as esferas da razão técnica e comunicativa dentro da lógica jornalística poderá ser de grande valia para nossos caminhos reflexivos.

Dentre os referenciais bibliográficos visitados, estão: as obras *Dialética do esclarecimento*; *Dialética negativa*; *Teoría de la acción comunicativa*, tomos I e II; *O discurso filosófico da modernidade*; escritos de comentadores acerca da teoria crítica, como Honneth e Rouanet; e reflexões de teóricos da área da comunicação social, a exemplo de John B. Thompson e Werneck Sodré.

O artigo divide-se em três sessões. Na primeira parte, desenvolvemos uma leitura da crítica adorniana   razão iluminista e aos paradigmas do sistema racional, técnico, que engessa a realidade social e o pensamento. Na segunda parte, vemos como Habermas concebe a razão sob a perspectiva da a o comunicativa e a observa sob a lógica intersubjetiva e não mais ancorada no bin mio sujeito-natureza. Na terceira sessão, fazemos uma análise da razão no jornalismo, demonstrando em que medida esta institui o se motiva pela a o instrumental a partir da modernidade e como se projeta nos movimentos da balança entre a esfera “sistêmica” e o “mundo da vida”.

### **O processo de racionaliza o ocidental sob a  tica de Adorno**

O fenômeno da racionaliza o no ocidente, paralelamente aos avanços da modernidade, emerge como um tema de preocupa o central nas investiga es e discussões das Ciências Humanas.

Nos autores clássicos da ciência sociológica, temos o fenômeno da modernidade observado sob prismas diferenciados, mas todos convergindo para uma abordagem uníssona quanto às mudanças profundas efetuadas pelo projeto da razão e pelo sistema capitalista no seio social: em Durkheim, a emergência da divisão do

trabalho social e a solidariedade orgânica; em Marx, o acirramento da luta de classes e a oposição entre capital e trabalho; em Weber, uma abordagem mais voltada ao entendimento do processo de racionalização e o surgimento da burocracia.

São vastos os estudos e interpretações acerca do progresso da razão humana e sobre a interação do homem com a natureza no processo de produção e reprodução da vida social.

Na teoria marxista, esse progresso vai ser visto como uma possibilidade de emancipação da classe proletária do jugo das relações de produção advindas do capitalismo.

Já na teoria weberiana, o enfoque é dado, sobretudo, à emergência de um processo tal de racionalidade que perpassa todas as esferas da vida social, desde a esfera religiosa até a política. Além da contribuição weberiana ao tema, vários pensadores e comentadores orientam suas análises partindo de abordagens teórico-metodológicas mais adequadas aos seus objetos de pesquisa. Em todos os casos, há sempre uma preocupação com as fortíssimas transformações sofridas no mundo social com a passagem da humanidade a um mundo “desencantado”. Ora, com a transição da vida humana para a modernidade – guiada pelas diversas modificações de conduta e comportamento – a sociedade passa a conviver com novas formas de ação diante da vida. Inclusive deixando para trás as formas mágicas e encantadas de conceber a existência humana e a natureza, próprias dos tempos remotos. (WEBER, 1999).

Na proposta dos pensadores da Escola de Frankfurt, estas constatações, acerca do fenômeno da razão que acompanha os passos do progresso humano, ganham um status ainda mais reflexivo e precisamente crítico. A razão, e seus mecanismos de existência, não é mais vista, nesse modelo teórico, como causa ou consequência direta do desenvolvimento humano e sim como uma entidade extremamente problemática que precisa ser confrontada pelo pensamento crítico.

O projeto da razão iluminista, desde o seu surgimento, perpassa o espírito de diversos filósofos e pesquisadores, dividindo as opiniões e os estudos em um rumo otimista de um lado e pessimista de outro. Mais voltados a uma interpretação de cunho pessimista acerca da cultura e da razão iluminista, vemos emergir, na história do pensamento social, a contribuição dos teóricos considerados da primeira geração da Escola de Frankfurt, dentre outros, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Erich Fromm,

Herbert Marcuse. Vejamos os motivos desta abordagem crítica da razão.

O Iluminismo, emergente no final do século XVII, surge como uma forma de pensamento completamente diferente das concepções de conhecimento anteriores, a exemplo da magia e do mito. A razão iluminista faz brotar a promessa de libertação do homem em relação ao desconhecido, proporcionando um domínio racional do homem sobre a natureza por meio do esclarecimento e dos métodos científicos de apreensão da realidade.

A partir do princípio do esclarecimento, a natureza passa a ser dominada sem a ilusão da transcendência de forças soberanas ou ocultas. Nesse sentido, a experiência humana então é submetida a critérios de manipulação racional, cálculo e utilidade técnica nos moldes da razão científica que povoava a nova lógica de observação, compreensão e apreensão do mundo. O cerne destas transições na história humana pode muito bem ser compreendido na *Dialética do esclarecimento*, onde Adorno e Horkheimer (1985), para explicar as origens do esclarecimento, visitam a Antiguidade clássica, demonstrando que desde tempos remotos o “desencantamento” já povoa o mundo. Porém, esse fenômeno pode trazer consequências nefastas para a vida humana, como podemos entender no excerto abaixo:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 19).

Nesse trecho fica claro como a crítica se volta a descortinar os perigos imanentes à lógica do esclarecimento como projeto de vida humana. Os rumos da razão instrumental, assim como os procedimentos metodológicos da ciência positivista e a lógica da cultura em tempos de desenvolvimento capitalista, estão entre os principais pilares que inquietaram os primeiros pesquisadores do Instituto para Pesquisa Social da Escola de Frankfurt.

Sinteticamente, pode-se dizer que a esfera da razão – e reflexões paralelas ao tema – é amplamente trabalhada pelos teóricos de Frankfurt, ao largo do século XX. A exemplo de Adorno, os seus contemporâneos no pensamento crítico, cada um com o seu

recorte epistemológico específico, ancoram-se reflexivamente nas bases do pensamento antinômico kantiano e na filosofia da história hegeliana, bem como em uma releitura do marxismo tradicional motivada a alcançar o lado obscuro do paradigma do progresso como sustentáculo ideológico da razão instrumental. (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

Theodor Adorno, ao lado de Horkheimer, destaca-se como um dos expoentes nos estudos acerca das problemáticas inerentes ao progresso da razão técnica, travando discussões acerca da razão, utilizando-se da própria razão como argumento crítico. Em Adorno, a lógica do progresso como exercício de emancipação social por meio do trabalho é quebrada definitivamente e substituída por uma visão negativa deste fenômeno. Como vemos, “Foi a passagem de um conceito positivo do trabalho societário para um conceito negativo que introduziu uma nova fase na história da teoria crítica”. (HONNETH, 1999, p. 519)

Adorno apresenta uma leitura e uma crítica da razão bastante peculiar, tanto no sentido metodológico, quanto no encaminhamento conceitual que propõe. De acordo com Rouanet (1987, p. 331), a razão em Adorno pode ser vista sob três bases:

a de uma razão que continua exercendo sua atividade, depois de ter perdido todo direito à existência; a de uma razão que critica a razão, e com isso compromete os seus fundamentos; e a de uma razão que quer ultrapassar o conceito, mas para isso não pode abrir mão do conceito.

Neste trecho, percebemos um pensador extremamente preocupado com os rumos assumidos pela racionalização da vida e um filósofo em busca de um meio crítico de ultrapassar o entendimento da razão instrumental; razão esta que traz consigo esquemas de dominação nefastos para as esferas sociais. Porém, o problema fundamental para Adorno seria desenvolver um esquema crítico que pudesse se sobrepôr à razão conceitual conhecida até então, mas fazendo uso do conceito. Ao questionar o paradigma de apreensão do real adotado pelo mundo racionalizado, Adorno alerta para a necessidade de se conhecer o mundo a partir da própria experiência do particular, do que está na base do individual, do “não-idêntico”, de modo que esses fenômenos da existência não sejam esmagados ou padronizados em conceitos uniformes capazes de limitar a riqueza e a verdade contida nos objetos. (ADORNO, 2009).

É nesse movimento, aparentemente contraditório, que se situa a inovação e a

lógica intrínseca da metodologia adorniana, que tem na *Dialética negativa* o ponto fulcral de orientação. No prefácio da obra, podemos compreender melhor os contornos desse modelo dialético adotado por Adorno:

a dialética negativa, que se mantém distante de todos os temas estéticos, poderia ser chamada de antissistema. Com meios logicamente consistentes, ela se esforça por colocar no lugar do princípio de unidade e do domínio totalitário do conceito supraordenado a ideia daquilo que estaria fora do encanto de tal unidade. (ADORNO, 2009, p. 8).

Assim, como vemos, a crítica da razão em Adorno só pode ser feita por meio da razão que questiona o sistema, que se volta criticamente contra a ordem estabelecida e que descortina a tendência da própria razão em estabelecer identidades conceituais para a natureza, tomando-a como um objeto da razão e das instituições humanas.

Ademais, o pensamento de Adorno busca questionar o projeto e a forma conceitual da razão abstrata ocidental – muitas vezes inspirada no ideário filosófico do espírito objetivo – Absoluto – para demonstrar a possibilidade de conhecimento do real por meio da experiência concreta, que não pode ser reproduzida. A crítica trazida pelo pensador de Frankfurt é muito prolífica para refletirmos sobre os mecanismos de dominação nos processos e nas instituições racionais que emergem na sociedade com o desenvolvimento do capitalismo e com o processo de “reificação” das relações sociais sob os auspícios deste sistema econômico. (ADORNO, 2009).

Mesmo que represente uma tarefa das mais difíceis para a época em que se desenvolveu, o exercício analítico-crítico de Adorno nos revela uma leitura sóbria em termos teórico-metodológicos acerca do fenômeno da racionalização. Na medida em que denuncia as anomalias da razão em um momento de estagnação do pensamento, também descortina o projeto fundamental desta mesma razão, que seria anular as diferenças e trazer para o mesmo plano de interpretação esquemas dissonantes de existência social.

A razão humana, que não reflete sobre si mesma, seria um mecanismo eficaz de manutenção da lógica de dominação que transforma a natureza e os homens em instrumentos. Nesse contexto, “O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a

alienação daquilo sobre o que exercem o poder.” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 24).

Assim, podemos perceber, à luz da teoria crítica, que aquela mesma razão que prometia grandes descobertas, libertação do pensamento humano, igualdade de direitos, transforma-se em seu oposto tão logo encontra receptividade junto às próprias estruturas e instituições sociais criadas pelo processo de racionalização instrumental.

### **A lógica instrumental confrontada pela razão comunicativa**

Neste tópico do artigo, queremos desenvolver uma leitura da razão dentro da lógica interpretativa de Jürgen Habermas, levando em consideração as peculiaridades da proposta da razão comunicativa e os pontos dissonantes deste repertório teórico com a razão crítica adorniana.

A importância da teoria habermasiana na Escola de Frankfurt emerge a partir da década de 60. Por meio dos estudos de Habermas, que se insere na segunda geração da escola, destaca-se uma abordagem que se diferencia das proposições dos representantes da primeira geração, Adorno, Horkheimer e Marcuse. Embora apresente um desdobramento dos diálogos e dos debates propostos por esta primeira geração da teoria crítica, Habermas propõe uma leitura da razão e dos sujeitos da razão tomando um caminho um tanto diferenciado desta perspectiva inicial. (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

Nas leituras que fizemos, percebemos que Habermas se preocupa em trazer para o debate uma nova proposta de entendimento da razão, questionando o marxismo clássico que se pauta, sobretudo, no paradigma técnico do trabalho humano. Para o marxismo e os primeiros teóricos da geração de Frankfurt, a razão é entendida como uma forma de controle do homem sobre a natureza. Então, “Habermas tenta transcender esse pensamento paradoxal opondo ao conceito adorniano de razão uma razão mais ampla, que não se baseie mais na relação sujeito-objeto, e sim na relação entre sujeitos: a razão comunicativa.” (ROUANET, 1987, p. 339).

Nessa diferença se fixam então as duas perspectivas da razão no âmago da teoria crítica. Cada uma a seu modo, volta-se a confrontar a razão instrumental. De um lado, uma razão que identifica na lógica instrumental um mecanismo de controle e dominação de todas as ações humanas, como já discutimos no tópico anterior; de outro

lado, uma razão que, mesmo concordando com a existência dessa racionalidade técnica no seio social, identifica também uma possibilidade de ruptura com essa lógica a partir da racionalidade comunicativa entre sujeitos.

Nesse sentido, Habermas apresenta uma nova concepção de interação social baseada na perspectiva de uma análise das trocas linguísticas. Podemos assim identificar as diferenças entre o pensamento de Habermas e Adorno pela própria conduta metodológica de abordagem da realidade social. Enquanto Adorno tem na dialética negativa base para suas análises, em Habermas “foram correntes como a antropologia filosófica, a hermenêutica, o pragmatismo e a análise linguística que lograram reconhecimento”. (HONNETH, 1999, p. 538).

Por meio destas perspectivas teórico-metodológicas, Habermas reflete sobre o paradigma da razão instrumental, sobre a maneira como a teoria crítica tradicional havia, até então, se voltado ao problema da racionalidade técnica ocidental, para a relação entre o sujeito (homem) e objeto (natureza), para a ideia de uma razão que se torna totalitária, sem atentar para o fato de que a constituição do sujeito social estaria também baseada na interação por meio da linguagem. Segundo Habermas, em *O discurso filosófico da modernidade*:

Com o conceito de “razão instrumental”, Horkheimer e Adorno querem acertar as contas com um entendimento calculador que usurpou o lugar da razão. (...) A razão, enquanto razão instrumental, assimilou-se ao poder e renunciou, desse modo, à sua força crítica. (...). Ela denuncia o esclarecimento que se tornou totalitário com os meios do próprio esclarecimento. Adorno estava perfeitamente consciente dessa contradição performativa da crítica totalizada. (HABERMAS, 2000, p. 170).

Em sua obra, Habermas reconhece o poder manipulador e controlador intrínseco à razão instrumental, que é tão criticada por Adorno e Horkheimer, inclusive faz uso do conceito para demonstrar que, em paralelo com essa lógica da existência moderna, há também outros interesses na interação social que ultrapassam a necessidade de controle e que estariam no campo da esfera comunicativa.

Nos dois tomos de sua *Teoria da ação comunicativa*, Habermas problematiza o paradigma da racionalidade da ação humana, recortando como contraponto o paradigma da ação comunicativa. O pensador traz para o debate aspectos relacionados ao conceito



de racionalidade dentro da ciência sociológica, as lógicas intrínsecas ao entendimento mítico e moderno acerca da vida social, reflete sobre a proposta teórica de diversos pensadores da modernidade, visitando importantes pesquisadores, a exemplo de Weber, Marx, Lukács, Adorno, Parsons. (Vide HABERMAS, 1987).

Por meio desse estudo depurado e dessa incursão teórica, Habermas vai delineando o quadro de sua proposta reflexiva acerca da existência social a partir da modernidade. A ideia é que a ação social não se limita apenas ao paradigma da racionalidade instrumental, mas há um tipo de racionalidade motivada pela interação comunicativa entre os sujeitos no mundo da vida.

Para desenvolvermos essa leitura dos paradigmas habermasianos, visitaremos alguns apontamentos destacados por Honneth, no capítulo *Teoria crítica*, presente no livro *Teoria social hoje*. Como podemos sintetizar de um trecho do capítulo, Habermas:

não mais considera traço característico da socialização humana, como ainda insistiam Adorno, Horkheimer e Marcuse, a operação continuamente expandida de transformar a natureza, e sim o fato de a garantia coletiva de existência material depender, desde o início, da manutenção simultânea de um acordo comunicativo.” (HONNETH, 1999, p. 539).

Podemos perceber, por meio do excerto, que para Habermas, antes mesmo de o homem vir a se movimentar em direção ao processo de produção e reprodução da vida material, foi necessária uma socialização pautada na troca simbólica, no entendimento comunicativo entre os sujeitos. A partir dessa primazia comunicativa, e pela coexistência destes dois tipos de racionalidade – a técnica e a comunicativa – os fenômenos e estruturas sociais puderam acontecer e se desenvolver.

Desse modo, Habermas se refere a duas esferas bem delineadas de racionalidade distribuídas nos mecanismos de “trabalho” e “interação”. Que por sua vez podem ser desdobradas nas categorias “sistêmica” e “existencial”. Cada uma destas entidades apresentam características e fins próprios, embora em dados momentos possa haver uma interferência de mecanismos de ação de uma categoria na outra. Em tese, a entidade sistêmica, instrumental, estaria mais voltada aos processos de sobrevivência humana; enquanto a esfera comunicativa orienta-se por uma busca de autonomia do grupo por meio do entendimento mútuo. (HONNETH, 1999, pp. 540-542).

Em situações ideais, o processo comunicativo estabelece-se de modo a garantir a participação de todos os sujeitos e seus interesses envolvidos na ação comunicativa, visando à emancipação do grupo. Porém, de acordo com Habermas, com o avanço da modernidade, passa a haver um relativo desequilíbrio entre a razão instrumental e a comunicativa. A racionalidade técnica, base dos interesses do capitalismo, desenvolve-se de tal modo que, mesmo sendo confrontada pela razão comunicativa do mundo vivido, tende a adentrar esta última esfera de modo a querer minar suas forças. Na introdução de *Teoria da ação comunicativa*, Habermas refere-se ao conceito de racionalidade comunicativa como sendo:

un concepto de sociedad articulado en dos niveles, que asocia los paradigmas de mundo de la vida y sistema, y no sólo de forma retórica. (...) una teoría de la modernidad que explica el tipo de patologías sociales que hoy se tornan cada vez más visibles, mediante la hipótesis de que los ámbitos de acción comunicativamente estructurados quedan sometidos a los imperativos de sistemas de acción organizados formalmente que se han vuelto autónomos. (HABERMAS, 1987, tomo I, p. 10).

Por “sistema”, o autor refere-se então ao Estado e ao mercado; e por “mundo da vida”, ele compreende o espaço de coexistência humana baseado nos argumentos comunicativos. Ao tratar destas esferas e as problemáticas contemporâneas que circundam estes dois campos, Habermas vislumbra uma tendência patológica traduzida pelos imperativos de “colonização do mundo da vida” e aponta para os perigos cada vez mais presentes da lógica instrumental (sistêmica) adentrar as esferas do mundo da existência. (HONNETH, 1999, p. 542). Contudo, mesmo com essa tendência colonizadora, Habermas ainda percebe na razão comunicativa uma força latente, e por vezes efetiva, de libertação da lógica opressiva e controladora da razão instrumental.

### **O pensamento crítico como suporte para uma análise da razão na mídia jornalística**

Dado que o objeto de estudo de nossa tese tem na mídia jornalística sua base de análise, procuraremos então nesse tópico adentrar um pouco nesse horizonte da razão que se apresenta na lógica midiática. Acreditamos que uma leitura da razão midiática à

luz dos pressupostos teóricos desta escola poderá trazer boas contribuições às nossas reflexões.

Aqui falaremos, em linhas gerais, das transformações sofridas pela mídia jornalística até a consolidação de uma conduta racional no trato com o público e com os conteúdos, intercalando as discussões, travadas nos tópicos anteriores, acerca da razão instrumental e da razão comunicativa, propostas por Adorno e Habermas.

A partir de nossa leitura de Adorno, veremos como a prática midiática converte-se em uma atividade racional, comprometida muitas vezes com o exercício calculado de suas técnicas de produção e estratégias narrativas, bem como com instâncias de dominação da esfera instrumental.

A partir do entendimento da razão comunicativa, de Habermas, queremos compreender em que medida esta lógica comunicativa e participativa da sociedade é mantida ou quebrada no plano da razão jornalística.

Primeiro, é preciso esclarecer o que podemos compreender por mídia e tecer as aproximações existentes entre mídia e jornalismo.

Ora, por mídia podemos entender um conjunto tecnológico que se traduz como meios de comunicação social. Nesse quadro, podemos incluir todos os aparatos técnicos e recursos para armazenar e distribuir as informações em larga escala ou massivamente, desde livros, jornais, revistas, passando por discos, filmes, rádio, televisão, internet e, mais recentemente, as consideradas mídias sociais móveis, a exemplo do celular, dos *tablets*, dos *iphones* e tantas outras mídias que surgem em uma velocidade desmedida.

No caso específico do jornalismo, este se apresenta como uma atividade voltada à coleta, produção e veiculação de informações e notícias sempre atualizadas sobre o que ocorre no trato social. E representa uma atividade fundamental no âmbito de diversos meios de comunicação de massa.

O jornalismo emerge, historicamente, como uma prática de comunicação, como uma instituição social que registra, informa, opina e publiciza as informações mediante mecanismos que o legitimam como mediador dos acontecimentos junto à coletividade.

Em seu processo de surgimento e afirmação, o jornalismo representa uma atividade comunicativa comprometida com o exercício do poder político, com a difusão de ideias e defesa de pontos de vista, sendo inicialmente procurado pelo público devido

à força opinativa dos relatos. Entretanto, com o passar do tempo, este ímpeto opinativo passa a ser transformado. Com o avanço do capitalismo e da modernização nas sociedades ocidentais, a mídia jornalística acompanha as transformações trazidas pela modernidade e que contagiaram diversas instituições. (THOMPSON, 2008).

Assim como as demais instituições da modernidade, a mídia jornalística ingressa nesta nova era social assumindo as principais características da atividade capitalista: ajustamento aos moldes industriais, busca de mercado para os bens simbólicos, acentuado direcionamento para a máxima obtenção de lucro e, como não poderia faltar dentro de um paradigma modernizador, a frequente estruturação racionalista das ações para adequar todas as atividades da empresa jornalística aos fins visados pelas regras do capitalismo. A grande imprensa capitalista, fortalecida a partir do século XIX, compreendeu que também seria possível orientar a opinião pública através do fluxo de notícias. Surge então a preponderância da parte informativa sobre a opinativa e a estreita relação entre elas. Ademais, ao longo da história da mídia jornalística, vê-se que a luta entre a informação e a opinião não foi a única que marcou o seu desenvolvimento; logo surgiu a luta entre a opinião e a publicidade e a coexistência destas formas narrativas no processo produtivo da imprensa. (SODRÉ, 1983).

Com a passagem do século XIX para o XX, o jornal, como empreendimento individual, desaparece nas grandes cidades. Os pequenos jornais cedem lugar às empresas jornalísticas, que modificam suas relações com o anunciante, com a política, com o público e com os próprios jornalistas. Essas transformações estão intrinsecamente ligadas ao avanço das relações capitalistas no mundo. Com essas modificações, a própria organização interna dos veículos de comunicação e a estruturação dos conteúdos informativos passam a se ajustar a um etos racional, condizente com as significativas mudanças vivenciadas pela moderna sociedade capitalista. (SODRÉ, 1983).

Estas e outras transformações racionais sofridas pela imprensa e pela prática jornalística, motivadas em grande medida pelas estratégias de obtenção de público para os produtos informativos padronizados e maximização dos lucros, leva a mídia jornalística a se destacar como mais uma instituição da modernidade fundamentada no domínio calculado e instrumental da razão. Neste ponto especificamente queremos pensar a razão jornalística por meio da contribuição de Adorno que, como vimos nos

tópicos anteriores, denuncia a lógica instrumental e suas estratégias como uma tendência que acompanha as instituições sociais na modernidade.

Nesse ponto, é fundamental pensarmos acerca do saber que flui no cotidiano da mídia jornalística. Ora, um saber que se diz ancorado na realidade social, contudo revelando-se como uma razão que se sobrepõe aos fatos e que, muitas vezes, atua de modo a mascarar a natureza dos conflitos sociais.

Vemos a crítica feita por Adorno, acerca da padronização dos fenômenos da existência, nitidamente configurada na lógica produtiva da razão midiática. Se olharmos de frente os mecanismos utilizados pelos meios jornalísticos para a produção e distribuição da informação, veremos como a teoria crítica se atualiza todos os dias.

Vejamos alguns exemplos disto. Começando pela própria lógica de dividir as informações em categorias informativas e opinativas nos jornais, nas revistas, nos telejornais, já denota uma adaptação racionalizada dos conteúdos produzidos. Depois, a divisão dos acontecimentos em gêneros jornalísticos, notícia, reportagem, editorial, colunas, artigos, etc segmenta a informação que será consumida pelo público, mas de modo que mantém uma forma linear e padronizada de apresentação das informações. Muitas vezes, os próprios gêneros opinativos, que deveriam ser estruturados de forma mais crítica sobre os acontecimentos sociais, representam um recorte reflexivo apressado e sem conexão com a verdade dos fatos sociais.

Dentre estes gêneros, há um que chama a atenção: a notícia. Este apresenta-se como a matéria por excelência do jornalismo diário. Em geral, os demais gêneros citados acima são recortes do gênero informativo noticioso.

Qualquer redator iniciante numa empresa jornalística deve dominar a técnica de produção da notícia. Desde a universidade, o aluno de jornalismo já aprende esta técnica e a coloca em prática já nas disciplinas experimentais do curso. Ao chegar no mercado de trabalho, já sabe muito bem como editar os acontecimentos do mundo social, como ocultar verdades e como eleger fontes de informação que atendam as demandas político-editoriais dos órgãos de comunicação midiáticos.

Assim, questionamos: como podemos encontrar a realidade social por trás de uma razão midiática que recorta e classifica o real para atender a interesses de grupos políticos e econômicos e do sistema que mantém financeiramente os meios?

A partir das leituras que fizemos de Adorno sobre a tendência conceitual do

esclarecimento, vemos que a razão midiática acompanha essa lógica voltada a classificar o mundo social, de maneira que ordena a realidade a partir de valores dominantes, violentamente impostos ao público. O saber da mídia jornalística é formador de conceitos, apresenta a realidade na medida em que pode torná-la homogênea, classificá-la de acordo com interesses diversos, mascarando ou apagando mesmo as diferenças que se apresentam no cotidiano social.

E por falar em diferenças presentes no mundo vivido, vejamos agora como podemos ler estas contradições discutidas acima sob o paradigma habermasiano da razão.

Sob esta perspectiva, é preciso pensar a ação no jornalismo a partir da perspectiva do ato comunicativo e dos mecanismos de mediação no âmago da esfera pública.

Na qualidade de mediador da opinião pública, o jornalismo pode ser traduzido como uma instituição intercalada entre a esfera sistêmica do Estado e mercado e a lógica do mundo da vida. Assim, podemos pensar em uma mediação que necessariamente transitará entre a ação comunicativa e a instrumental. Desse modo, para a esfera jornalística canalizam-se tendências a uma luta pelo poder e participação nos discursos produzidos pelos meios informativos.

Bem, essa dualidade a que o jornalismo se expõe representa uma problemática de extrema importância quando pensamos nos mecanismos de socialização decorrentes do contato social com a mídia jornalística.

Em Habermas, como já vimos na segunda sessão deste artigo, temos que o mundo da vida seria esta entidade da comunicação espontânea entre os atores sociais, comunicação esta motivada pelo consenso, pela procura de entendimento recíproco e pela busca de emancipação das demandas coletivas. Vimos também que a entidade sistêmica seria motivada por uma lógica opressora de dominação dos sujeitos pela razão instrumental do Estado e do mercado. Na dinâmica de poder entre estas esferas – a sistêmica e a pública – emerge a esfera jornalística que, em tese, seria responsável por discutir e refletir, de forma transparente, as problemáticas sociais e denunciar as ações desmedidas das esferas sistêmicas. Entretanto, em boa parte dos grandes meios comunicativos, a realidade é bem outra, sobretudo quando se verifica, nos relatos midiáticos, que o consenso muitas vezes se dá de forma tendenciosa, de modo a atender

as aspirações de grupos econômicos e políticos.

Contudo, é preciso salientar que esse desequilíbrio das forças sociais e sistêmicas deve ser observado na particularidade de cada meio de comunicação, pois uma generalização tornar-se-ia precipitada, na medida em que as conclusões podem ser facilitadas por meio de uma pesquisa empírica que leve em consideração o contexto histórico, geográfico, social e ideológico em que o meio de comunicação está inserido.

De todo modo, esta lógica desigual da estrutura de poder vem sendo criticada por esferas da sociedade civil que se organizam para confrontar tais mecanismos de dominação. O fortalecimento dos movimentos sociais representa uma forma de luta social por melhorias nas condições de vida coletiva, bem como por representação dos seus interesses no cotidiano dos relatos da mídia jornalística. Porém, esta luta ainda terá que derrubar muitas barricadas, pois, mesmo tendo obtido inserção nos meios comunicativos, a visibilidade das verdadeiras demandas, das problemáticas e dos conflitos sociais ainda representa uma ameaça aos grandes grupos políticos e econômicos em todo o mundo.

Poderíamos pensar nas redes sociais atuais, a exemplo da internet, como uma possibilidade de maior participação social e questionamento da lógica sistêmica. Todavia, mesmo com todo o avanço dado, ainda existe muita inércia social nesse canal de comunicação e a tendência consumista toma muito do espaço que poderia ser direcionado a evidenciar as demandas sociais reais, os debates políticos sérios, ao invés de nos anestesiarmos com o conteúdo hedonista, sensacionalista e privativo que cada dia mais se reproduz nas redes sociais de comunicação.

### **Considerações finais**

Ao final deste estudo, podemos concluir que a Teoria Crítica da sociedade ancora-se em uma leitura bastante sóbria acerca da razão, da ciência e da cultura em tempos modernos, sobretudo se colocada em paralelo às interpretações filosóficas e sociológicas precedentes ao seu momento de emergência e permanência no cenário das Ciências Sociais.

Assim, os teóricos da Escola de Frankfurt desenvolvem uma análise crítica da sociedade e da cultura sob a lógica do sistema capitalista, com bases epistemológicas na “filosofia crítica” kantiana, na “filosofia da história” em Hegel e na teoria marxista,

tecendo uma releitura destes paradigmas para o entendimento das instituições sociais em tempos de acirramento das contradições do capital.

Neste contexto, o trabalho de Adorno é muito prolífico para adentrarmos no universo da razão iluminista de forma crítica, de modo que a tendência à dominação pelo sistema e o progresso técnico da razão sejam vistos e descortinados pelo próprio exercício da razão. A razão instrumental e a tendência à uniformização do mundo por meio do “conceito” são vistas como práticas nefastas para a verdadeira emancipação do homem. A proposta então é confrontar criticamente as instituições e as práticas que sistematizam esse etos racional, alertando para uma nova forma de apreender o mundo que valorize a verdade particular das coisas em detrimento da padronização.

Na sequência, com a leitura de Habermas, chegamos a uma outra forma de entender a ação humana. Ancorado na mudança de perspectiva da filosofia do sujeito para uma filosofia da linguagem, Habermas chama a atenção para os processos “intersubjetivos” de trocas comunicativas no seio social. Habermas reconhece o poder manipulador e controlador intrínseco à razão instrumental, que é tão criticada por Adorno e Horkheimer, mas complementa essa tese apontando para uma esfera racional de ação comunicativa liberada no “mundo da vida”. O problema apontado por Habermas dá-se quando o mundo “sistêmico” do Estado e do mercado tende a adentrar o “mundo vivido”.

Ao aplicarmos os conceitos discutidos acima a um exercício de leitura crítica da mídia jornalística, concluímos que a razão que se propõe na prática jornalística, muitas vezes, acompanha a lógica instrumental de uma atividade calculada e que, ademais, tende a reproduzir os mecanismos de dominação do sistema capitalista. Nesse sentido, a ação no jornalismo acompanha os passos da evolução do capitalismo e sorve muito de seus mecanismos técnicos. A razão no jornalismo orienta-se por uma classificação dos acontecimentos, por uma categorização do mundo social sob a lógica de um saber formador de conceitos, (re)apresentando a realidade na medida em que tende a ajustá-la a estruturas de dominação de acordo com interesses diversos, mascarando ou mesmo apagando, discursivamente, as diferenças que se apresentam na vida social.

Ao adentrarmos no paradigma comunicativo, vislumbramos no jornalismo uma instituição que emerge, historicamente, como um espaço de mediação e visibilidade das questões públicas. Com isso, a mídia jornalística canaliza a atenção e o interesse de



diversas esferas sociais, desde a sistêmica até a existencial. Atualmente, o jornalismo representa um espaço de luta simbólica entre esferas de poder que visam a influenciar a realidade social. De um lado, setores da máquina estatal e econômicos buscam fortalecer, também pela via midiática, os mecanismos de dominação junto à opinião pública. De outro lado, membros da sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais, procuram confrontar a dominação e a manipulação exercidas pelo sistema, lutando também por maior visibilidade das causas sociais nos meios de comunicação massivos. Lógico que, dependendo da política-editorial, dos vínculos estratégicos e das tendências ideológicas específicas de cada empresa jornalística, esta balança vai pender mais para um lado do que para o outro.

### Referências

- ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução Marco Antonio Casanova. Revisão técnica Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomos I e II. Altea, Taurus Ediciones, Alfaguara S.A., 1987.
- HONNETH, Axel. Teoria crítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Org.) **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.